



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

PARECER JURÍDICO

Solicitação nº 936/2023.

Interessado: Departamento de licitações.

1 – OBJETO

Trata-se de pedido de parecer jurídico referente à possibilidade de realização de termo de fomento entre o Município de Campo Bom/RS e o Conselho Comunitário Pró-Segurança Campo Bom - CONSEPRO, cujo objeto é *“Parceria entre o Município de Campo Bom e o Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública de Campo Bom para a garantia e sustentabilidade da atuação da Brigada Militar, Bombeiros, Consepro e Polícia Civil, conforme detalhado no Plano de Trabalho proposto.”* A contrapartida alçada por esta municipalidade à CONSEPRO pela execução do objeto será no valor total de R\$ 221.448,00 (duzentos e vinte e um mil quatrocentos e quarenta e oito reais), nos termos do plano de trabalho que acompanha o expediente administrativo, apresentando pela referida associação.

2 – DO PARECER

Em primeiro, para correta compreensão do objeto deste parecer, mostra-se importante conceituar o que se entende por termo de fomento, sendo este definido, conforme o art. 2, VIII, da lei nº 13.019/14, como *“instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.”*

Vem o presente processo administrativo para que seja analisada a possibilidade de realização do referido fomento, através de processo de inexigibilidade de chamamento público. Neste sentido, dispõe o art. 31, caput, da lei nº 13.019/2014:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

Neste sentido, a análise técnica realizada pela Secretaria municipal de Segurança e Trânsito de Campo Bom/RS atesta que a referida associação é a única nesta municipalidade que realiza as atividades descritas no plano de trabalho apresentado, de maneira que não verifica-se, no presente caso, viabilidade de competição, embasando deste modo a inexigência de realização de chamamento público, regra geral para realização de termos de fomento entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

Além do mais, verifica-se que foi realizada a publicação da justificativa apresentada para fins de realização da presente inexigibilidade, inclusive através de publicação na imprensa oficial desta municipalidade, em atenção ao disposto no art. 32, §1, da lei nº 13.019/14. Ao que se depreende do expediente administrativo, não foi apresentada nenhuma impugnação à justificativa, portanto não havendo nenhum óbice a realização da inexigibilidade de chamamento público pretendida.

Superada esta questão inicial, considerando tratar-se de termo de fomento a ser realizado entre o município de Campo Bom/RS e o Conselho Comunitário Pró Segurança de Campo Bom, decorrente de inexigibilidade de chamamento público, que envolve a transferência de recursos e cujo plano de trabalho é apresentado pela organização da sociedade civil, o instrumento normativo de regência que regula tal modalidade de avença é a Lei nº 13.019/14, como já referido anteriormente. Neste sentido, dispõe a mesma:

Art. 34. Para celebração das parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão apresentar:

II - certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável de cada ente federado;

III - certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou,



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

V - cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

VII - comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;

Conforme se depreende da análise do excerto legal, para que seja possível a celebração do termo de fomento, além das exigências em relação ao projeto de trabalho apresentado, cuja análise sobre o cumprimento das exigências constantes da Lei nº 13.019/14 deve se dar pelo órgão municipal responsável pela realização da parceria, a organização da sociedade civil deve apresentar uma série de documentos e comprovantes, cuja presença é essencial para a higidez formal da avença firmada entre as partes.

Neste sentido, da análise do expediente administrativo, verifica-se que o Conselho Comunitário Pró Segurança Pública de Campo Bom – CONSEPRO, apresentou todos os documentos elencados pelo Art. 34 da Lei 13.019/14, cumprindo, deste modo, todos os requisitos formais para realização do termo de fomento entre as partes, decorrente de inexigibilidade de chamamento público, fundada no Art. 31, Caput, da mesma normativa. Assim, considerando estarem presentes todos os requisitos legais, entende-se plenamente válida e legal a realização de termo de fomento com o Conselho Comunitário Pró Segurança Pública de Campo Bom – CONSEPRO, nos termos do disposto na Lei nº 13.019/14.

3 – CONCLUSÃO

Pelo exposto, opina-se pela possibilidade de realização do termo de fomento entre o Município de Campo Bom/RS e o CONSEPRO de Campo Bom, nos termos do plano de trabalho que segue junto ao expediente administrativo.

Campo Bom/RS, 24 de abril de 2023.

Guilherme Schubert Schmidt/ OAB/RS 116.015